

Um esquema organizado

O consórcio informal de empreiteiras denunciado pela CPI do Orçamento era formado por 12 empresas lideradas pela Odebrecht, a holding do grupo. Nessa condição, ela fazia a divisão das obras previstas no Orçamento da União, de forma que cada uma das *consorciadas* sabia de antemão qual canteiro lhes caberia. A atuação da holding se fazia através de três pontos:

■ **Influência no Orçamento** — Através da atuação de lobistas era feita a pressão sobre governos estaduais e municipais, que pressionavam o Executivo federal na hora da elaboração do Orçamento da União. Independente disso, a própria holding pressionava o governo federal.

■ **Pressão no Legislativo** — No Congresso Nacional, o *consórcio* tinha influência direta sobre parlamentares que recebiam propina diretamente da holding. Esses parlamentares conquistavam adesões de outros parlamentares a suas emendas, através de argumentos políticos. Por exemplo, dizendo a colegas: "Essa obra é do interesse do nosso estado." Assim, aliciavam até mesmo opositores.

■ **Descontingenciamento** — Para burlar o Orçamento já aprovado, por intermédio da dotação de recursos não previstos para determinada obra, o esquema previa a distribuição de propina a funcionários graduados dos ministérios.